

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE
Escola Nacional de Ciências Estatísticas

Textos para discussão
Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Número 30

A FAMÍLIA DINC NO BRASIL: ALGUMAS CARACTERÍSTICAS SÓCIO- DEMOGRÁFICAS

José Eustáquio Diniz Alves*

Suzana Marta Cavenaghi*

Luiz Felipe Walter Barros*

Rio de Janeiro

2010

* ENCE/IBGE

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Textos para discussão. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, ISSN 1677-7093

Divulga estudos e outros trabalhos técnicos desenvolvidos pelo IBGE ou em conjunto com outras instituições, bem como resultantes de consultorias técnicas e traduções consideradas relevantes para disseminação pelo Instituto. A série está subdividida por unidade organizacional e os textos são de responsabilidade de cada área específica.

ISBN 978-85-240-4130-3

© IBGE. 2010

Impressão

Gráfica Digital/Centro de Documentação e Disseminação de Informações – CDDI/IBGE, em 2010

Capa

Gerência de Criação/CDDI

Alves, José Eustáquio Diniz

A Família DINC no Brasil : algumas características sócio-demográficas / José Eustáquio Diniz Alves, Suzana Marta Cavenaghi, Luiz Felipe Walter Barros. - Rio de Janeiro : IBGE. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2010.

34 p. - (Textos para discussão. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, ISSN 1677-7093 ; n. 30)

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-240-4130-3

1. Família – Pesquisa. 2. Demografia da família – Brasil. 3. Levantamentos domiciliares – Brasil. 4. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. I. Cavenaghi, Suzana. II. Barros, Luiz Felipe Walter. III. IBGE. IV. Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Brasil). V. Título. VI. Série.

Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais

CDU 314.6(81)

RJ/2010-12

DEM

SUMÁRIO

1. Introdução.....	7
2. Estruturas familiares e enfraquecimento do patriarcado	8
3. Primeira e segunda transição demográfica	10
4. A terceira transição demográfica	13
5. A retirada da procriação e o casal DINC	15
6. A caracterização do casal DINC no Brasil	17
7. Composição etária, escolaridade e cor/raça.....	18
8. Localização, bens e moradia	22
9. Ocupação, rendimento, chefia, atividade e previdência	26
10. Conclusões.....	31
11. Referências Bibliográficas	32

RESUMO

O objetivo deste Texto para Discussão é estimar o número dos casais de dupla renda e sem filhos, a chamada família DINC (Duplo Ingresso, Nenhuma Criança) e avaliar as suas condições sócio-demográficas. Utilizando dados da PNAD podemos fazer uma aproximação desses casais separando os domicílios particulares permanentes ocupados que tinham 2 pessoas adultas (um chefe e um cônjuge) e que a mulher nunca teve filho. Na PNAD 1996 este tipo de casal representava 2,7% do total de domicílios, passando para 3,7% em 2006. Embora o número absoluto seja relativamente pequeno (cerca de 2 milhões de casais) os casais DINC são uma parcela crescente dos novos arranjos domiciliares no Brasil. Pretendemos, neste texto para discussão, avaliar as condições sócio-demográficas destes casais a partir das seguintes variáveis: idade, sexo do chefe do domicílio, educação, renda, situação do domicílio, região, condição de ocupação, contribuição previdenciária, presença de bens de consumo, etc. Esta caracterização sócio-demográfica dos casais DINC possibilitará uma compreensão do padrão de consumo e da inserção social desse tipo de arranjo familiar que tem apresentado uma tendência de crescimento não só no Brasil, como em outras partes do mundo.

Palavras-chave: DINC: Duplo Ingresso, Nenhuma Criança, Novos arranjos familiares, Terceira Transição Demográfica

ABSTRACT

The objective of this working paper is to estimate the number of double-income and childless couples, the so-called DINC families (Double Income, No Children), and to evaluate the socioeconomic conditions of them. By utilizing data from Brazilian annual household surveys (PNAD) we can estimate with some approximation the amount of households where it was living two adults (couple) in which the woman has never had a child. In the PNAD of 1996 they represented about 2.7% of all households, rising to 3.7% in 2006. Although the absolute number of couples is relatively small for Brazilian figures (about 2 million couples) the most important is that those family arrangements are growing lately. The purpose here is We to assess their socioeconomic conditions by looking at the following variables: age, sex of the head of the household, levels of education and income of both, state of residence, region, condition of occupancy, contributions, existence of household appliances, among others. The characterization of DINC families allows an understanding consumption patterns and social inclusion of this type of households arrangements that growths not only in Brazil, but also in several other countries in the world.

Key words: DINC, Double income no children, New family arrangements, Third demographic transition

1. Introdução

O objetivo deste Texto para Discussão é caracterizar e apresentar um perfil sócio-demográfico dos casais* de dupla renda e sem filhos - a chamada família DINC† (Duplo Ingresso, Nenhuma Criança) - com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, de 2006. Existem duas dificuldades principais para se definir o casal DINC: a) uma aproximação dos casais DINC pode ser feita separando os domicílios particulares permanentes ocupados que tinham 2 pessoas adultas (um chefe e um cônjuge), nenhum outro parente e que a mulher nunca teve filho, contudo não temos certeza se estes casais (ou quantos deles), ao longo do ciclo de vida, terão filhos e deixarão de fazer parte da família DINC; b) como não existe a pergunta sobre filhos tidos dos homens na PNAD, não temos certeza se o marido do casal DINC teve ou não filho.

Embora a definição quantitativa da família DINC careça de precisão estatística, não resta dúvida que os casais sem filhos têm se tornado um fenômeno social importante, não tanto pela quantidade, mas sim por suas características paradigmáticas. Segundo dados da PNAD, em 1996 a família DINC compunha 2,7% do total de domicílios, passando para 3,7% em 2006. Em termos absolutos, o crescimento foi de quase 90%, em uma década.

Pretendemos, neste texto, avaliar as condições sócio-demográficas destes casais a partir de variáveis como: idade, sexo, educação, renda, situação do domicílio, região, condição de ocupação, contribuição à previdência, presença de bens de consumo, etc. Esta caracterização sócio-demográfica da família DINC possibilitará uma compreensão do perfil sócio-demográfico, do padrão de consumo e da inserção social desse tipo de arranjo familiar que tem apresentado uma tendência de crescimento não só no Brasil, como em outras partes do mundo.

* Existe a família DINC heterossexual e a homossexual. Devido à falta de pergunta específica na PNAD, neste texto, vamos tratar apenas da primeira.

† Siglonimização é o processo de formação de siglas. Acrônimo é a palavra formada pela primeira letra (ou mais de uma) de cada uma das partes sucessivas de uma locução. Assim, DINC é um acrônimo formado pela combinação das letras iniciais das palavras Duplo Ingresso, Nenhuma Criança. No inglês se usa DINC = Double Income, No Children, ou DINK = Dual Income, No Kids.

2. Estruturas familiares e enfraquecimento do patriarcado

Existe uma concepção simplista, funcionalista e até um pouco romântica que trata a família como uma instituição harmônica e destinada a atender, igualmente, às necessidades básicas, tanto materiais quanto emocionais, dos seus membros, ao mesmo tempo que garante a perpetuação da ordem social: "a família é um bem em si". Contudo a noção de uma família una, sadia e sem conflitos, representando a célula mater da sociedade, vem cedendo lugar a uma noção da família como uma instituição pluralista, complexa e sujeita a alianças e tensões de toda ordem. De maneira polarizada, podemos dizer que, por um lado, a família é vista como um espaço de cooperação e de afeto e, por outro, como o "berço da loucura" (Calligaris, 2004)[‡] e um locus de violência (Jelin, 2007)[§].

O modelo de "família normal" integrada por um pai provedor, uma mãe dona de casa e seus filhos, como garantia intergeracional do futuro e da reprodução contínua do mesmo tipo de célula familiar, não corresponde ao tipo predominante de arranjo doméstico contemporâneo existente no Brasil e em outras partes do mundo. Embora tipos tradicionais de família sejam encontrados, a família, em geral, não é nem homogênea e nem harmonicamente integrada como sugerem as descrições de alguns tipos ideais que não levam em consideração o contexto de desigualdades sociais existentes em um mundo globalizado, com seus mecanismos de exclusão e estratificação social.

Segundo Therborn (2006), a família é uma instituição social – a mais antiga e universal de todas – e como tal, possui uma estrutura que fixa e mantém um conjunto de papéis sociais e um equilíbrio entre "poder versus benefícios" e entre "conflito versus consenso". A família é uma instituição definida por normas para a constituição da união sexual e da filiação intergeracional. Segundo o autor os sistemas familiares não têm uma dinâmica intrínseca de desenvolvimento, já que os impulsos que geram mudanças na família são exógenos, alterando o equilíbrio institucional de direitos e deveres, por uma parte, e poderes e dependências, por outra.

Historicamente, sempre predominou uma estrutura familiar dominada pelo poder patriarcal – do marido e/ou do pai – isto é, do cônjuge homem. Contudo, Therborn (2006) mostra que, durante o século XX, houve uma transformação dos três conjuntos de processos que configuram a instituição familiar: a trajetória dos direitos e poderes de pais e maridos, ou seja, do patriarcado; as vicissitudes do casamento e da parceria sexual extramarital; e a trajetória transformada da fecundidade humana. A revolução sexual, as parcerias informais e não canônicas, a regulação da fecundidade e formas menos patriarcais de relacionamento familiar estão tomando dimensões sem precedentes.

Segundo o autor, alguns acontecimentos decisivos do século XX, possibilitaram mudanças nas famílias e a erosão e o declínio do patriarcado (embora não a sua eliminação):

[‡] "Nos anos 60 e 70, a psiquiatria, a psicologia e, em geral, a cultura criticavam a família como berço da loucura. Em 68, o primeiro filme de Ken Loach, 'Family Life', foi um verdadeiro ato de acusação contra a família. Em 1970, Laing e Esterson publicaram "Sanity, Madness and the Family" (saúde mental, loucura e a família). A família era a grande responsável pela repetição dolorosa do mesmo e da mesmice, uma jaula em que se debatiam os anseios e os desejos de mudança, em particular os dos jovens. Durante os anos 70, historiadores e sociólogos, inspirados no ensino de Michel Foucault, descreveram a família como um refinado instrumento de domínio: o 'sistema' se reproduzia delegando a tarefa de subjugar os corpos e as almas à família, única instituição capaz de controlar a vida cotidiana ('La Politique des Familles', de Jacques Donzelot, é de 77)" (CALLIGARIS, 2004)

[§] "En relación con esto, la familia es un espacio paradójico: es el lugar del afecto y la intimidad. Pero es también el lugar privilegiado para el ejercicio de la violencia. Sin embargo, la violencia entre miembros de la misma familia es algo de lo que no se habla. Es secreto y vergonzoso, y escapa al conocimiento público" (JELIN, 2007, p.110).

“A história do patriarcado no século XX é basicamente a de um declínio gradual, começando em diferentes pontos no tempo pelo mundo. A primeira ruptura ocorreu nos anos 1910, mediante ampla reforma consensual na Escandinávia e violenta revolução na Rússia. O final dos anos 1940 e o início dos anos 1950 proporcionaram outro importante degrau para baixo, nessa época centrado no Leste Asiático – no Japão, sob ocupação americana, e na China por meio da Revolução Comunista. A tomada comunista da Europa Oriental significou que os sinos lá também dobraram pelo patriarcado institucionalizado. Sem ser implementada em curto prazo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU assinalou importante vitória global e constitucional contra o patriarcado. Finalmente, os anos que se seguiram a ‘1968’, em particular os anos por volta de 1975 (Ano Internacional da Mulher), provocaram uma onda mundial contra os poderes e privilégios especiais de pais e maridos, com as primeiras rupturas vindas da Europa Ocidental e da América do Norte, mas sem deixar nenhuma parte do planeta intocada” (Therborn, 2006, p. 430).

Assim, as estruturas familiares, no século XXI, inserem-se em um contexto triplo: a) o patriarcado deixou de ser a norma e tornou-se ilegítimo no mundo todo a partir dos Tratados e Convenções da ONU que propugnam a eliminação de todas as discriminações contra as mulheres; b) fim da “padronização industrial” da ordem sociosexual e a retomada da complexidade da dinâmica familiar: casamento e não-casamento, idades variáveis ao casar, coabitação, uniões informais, temporárias e do mesmo sexo, nascimentos extramaritais, não-nascimentos, etc c) declínio da fecundidade e transformação das estruturas etárias das populações.

Contudo, estas transformações ocorridas na estrutura familiar, nas normas de casamento e na queda da fecundidade não deixam de ser objetos de disputa no campo da ordem simbólica. Os setores mais conservadores da sociedade interpretam o fim da “família normal” como uma “crise da família”, já que esta deixa de ser a referência mestra do tecido social. As famílias tinham uma função central nas sociedades onde elas concentravam as funções de produção e reprodução.

Lenoir (2005) chama de “familismo” a idéia de que a diferença sexual, o casamento e a filiação são categorias determinadas pela natureza e não construções sociais entrelaçadas pela história e pela cultura. Em estudo da história francesa, o autor afirma:

“De fato, o familismo não é somente um parti pris demográfico ou uma moral da vida privada. É uma concepção geral do mundo social que faz da família o princípio de todas as coisas, mesmo quando se trata da coisa pública – organização da vida política (‘voto familiar’) ética da vida privada (‘família numerosa’). O modelo de família que o movimento familista procura impor é aquele das categorias sociais mais elevadas (da família de três filhos e da mulher no lar), representadas, no período entreguerras, pelos industriais, médicos, advogados, professores e notáveis da província, em sua grande maioria católicos” (p. 163).

Porém, o processo de urbanização, assalariamento, escolarização, inserção feminina no mercado de trabalho e de declínio da produção de subsistência e das empresas familiares, juntamente com os avanços tecnológicos no campo da regulação da fecundidade (pílula anticoncepcional, DIU, injetáveis, contracepção de emergência, etc.) e com as mudanças de caráter jurídico (fim da supremacia do pai e marido, equivalência entre casamento e concubinação e entre filhos legítimos e ilegítimos) possibilitaram a transformação da padronização familiar, para um sistema onde prevalecem, pelo menos em tese, relações de direito entre indivíduos, com base no consentimento mútuo e um menor poder das hierarquias.

3. Primeira e segunda transição demográfica

Na literatura demográfica, diversos autores, como o pioneiro Notestein (1945), mostraram que os avanços da Revolução Industrial e seus desdobramentos educacionais, científicos e tecnológicos – isto é, o desenvolvimento social e econômico - têm um efeito duplo sobre a população: a) reduz as taxas de mortalidade em geral, a mortalidade infantil em particular, e possibilita o aumento da esperança de vida da população; b) depois de um certo tempo do início da queda da mortalidade as taxas de fecundidade também começam a cair, provocando a diminuição do tamanho das famílias. Num primeiro momento existe um aumento das taxas de crescimento populacional, mas com a queda da natalidade o ritmo de crescimento da população vai se reduzindo, tendendo à estabilidade.

Este fenômeno, típico do século XX, foi chamado de Transição Demográfica (TD). Um ganho inequívoco, inerente à TD, foi que a expectativa de vida da população mundial dobrou em dez décadas, passando de cerca de 30 anos, em 1900, para mais de 60 anos, em 2000. Nunca na história humana uma melhora das condições de saúde dessa magnitude havia acontecido e, provavelmente, nunca a esperança de vida vai dobrar novamente em um período de um século. Concomitantemente, um fenômeno social sem precedentes aconteceu, qual seja, as taxas de fecundidade do mundo se reduziram pela metade, passando de pouco menos do que 6 filhos por mulher, em 1900, para cerca de 2,8 filhos, em 2000 (WEO, 2003).

Se o desenvolvimento econômico afetou a dinâmica populacional, os ganhos de anos de vida e a redução do tamanho da prole das famílias tiveram dois efeitos positivos sobre o desenvolvimento: a) uma população com maior longevidade possibilita, em geral, maiores retornos econômicos para as famílias e a economia; b) menores taxas de fecundidade provocam mudanças na estrutura etária, favorecendo a ampliação da parcela da população em idade economicamente ativa e reduzindo as taxas de dependência demográficas. Estas duas características das populações que passaram pela transição demográfica possibilitam o surgimento de um Bônus Demográfico** (Birdsall et al, 2001, Rios-Neto 2005, Wong e Carvalho, 2005) que favorece o desenvolvimento econômico. Desta forma, o desenvolvimento provoca mudanças na dinâmica populacional e essas mudanças, por sua vez, reforçam o desenvolvimento econômico.

Considerando somente a variável fecundidade, a grande novidade da Primeira Transição Demográfica (PTD) foi a redução da parturição que estava distribuída ao longo do ciclo de vida reprodutiva da mulher (fecundidade natural, isto é, sem regulação deliberada de quantidade e espaçamento dos filhos) para uma parturição limitada nas idades mais avançadas, com menos filhos das ordens mais altas e em idades mais velhas das mães. Portanto, a novidade da PTD foi o controle da parturição dentro da família, com fortalecimento da família nuclear. A PTD começou na Europa e nos países de colonização européia e depois se espalhou pelo mundo. Na Europa, a TD aconteceu concomitante ao processo de emigração do século XIX até a Segunda Guerra Mundial. Na PTD as taxas de fecundidade caem, mas, em geral, continuam acima do nível de reposição populacional (2,1 filhos por mulher)††.

** Para uma primeira leitura sobre o Bônus Demográfico no Brasil ver: ALVES, J.E.D. O Bônus Demográfico e o Crescimento Econômico no Brasil. Aparte, IE-UFRJ, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/aparte/usuarios/colunista.php?apelido=JEUSTAQUIO>, acessado em: 10 set. 2008.

†† A Taxa de Fecundidade Total (TFT) de 2,1 filhos por mulher é considerada taxa de reposição, pois, grosso modo, um filho reperia a mulher, um filho reperia o pai da criança e o valor 0,1 seria para compensar a mortalidade das crianças que não chegam à idade adulta.

Na segunda metade da década de 1980 foi ficando claro que os fenômenos do desenvolvimento social e da transição demográfica estavam indo além da descrição acima. Em 1986, os demógrafos Ron Lesthaeghe e Dirk Van de Kaa escreveram um texto que fala, pela primeira vez, da Segunda Transição Demográfica (STD). Em 1987, o segundo autor escreveu um texto que se tornou clássico da descrição da STD.

Van de Kaa (1987) descreve as principais características da STD na Europa como sendo: a) taxas de fecundidade abaixo do nível de reposição; b) adiamento do nascimento do primeiro filho; c) crescimento do número de filhos fora do casamento; d) mudanças no padrão de casamento e da maternidade/paternidade; e) crescimento da coabitação e das uniões consensuais; f) diversificação dos arranjos familiares e domiciliares; g) crescimento do número de divórcios e separações; h) mudanças do foco das famílias das crianças para o casal adulto (mudança da direção do fluxo intergeracional de riqueza); i) crescimento da imigração. Nas palavras do autor (1987, p. 11), a STD envolve quatro mudanças relacionadas entre si:

- “1) Shift from the golden age of marriage to the dawn of cohabitation;*
- 2) Shift from the era of the king-child with parents to that of the king-pair with a child;*
- 3) Shift from preventive contraception to self-fulfilling conception;*
- 4) Shift from uniform to pluralistic families and households”.*

Estas características foram descritas a partir da experiência Européia. Porém, cada vez mais países apresentam as mesmas tendências. Lesthaeghe e Neidert (2006) consideram que a STD está se generalizando pelas diversas regiões do mundo:

“Twenty years after its introduction, the relevance of the term ‘Second Demographic Transition’ may still be contested, but the manifestation of what it predicted is not: by now, every characteristic of the second demographic transition has spread to the majority of industrialized Western populations, including Mediterranean and Central European countries. And, judging from the latest data on extraordinary degrees of postponement of marriage and fertility in the Far East (e.g., Jones 2006; Retherford and Ogawa 2005), and from very recent information on cohabitation in Japan (Raymo and Iwasawa 2006), non-Western industrialized or industrializing populations could also be following suit” (p. 670).

Um fenômeno decorrente do aumento do número de divórcios e de recasamentos é o surgimento da pluriparentalidade ou da “família mosaico”^{‡‡}, que reflete a diversidade dos atuais arranjos domiciliares. Desta forma a STD pode ser vista como um aprofundamento da STD, não apenas enquanto a consolidação da tendência de queda das taxas de fecundidade, mas principalmente devido à diversificação e ampliação dos novos arranjos familiares, das mudanças no comportamento sexual e do papel dos filhos na dinâmica das famílias.

^{‡‡} Família mosaico, Revista Veja, edição especial, agosto de 2004: “Antigamente, o desenho de uma família era simples – pai, mãe e filhos. Hoje, de cada quatro casamentos, um acaba em separação no Brasil. O número de divórcios praticamente dobrou em apenas uma década. De cada cinco bebês nascidos em 2000, um viverá em família de pais separados antes de atingir a idade adulta. Com as separações, divórcios e novos casamentos, o organograma das famílias modernas é outro, completamente diferente. Nele cabem “o marido da mamãe”, “o irmão por parte de mãe”, “os filhos da mulher do papai” e por aí vai, num intrincado quebra-cabeça de parentes e meios-parentes, que especialistas batizaram de ‘família mosaico’”.

Em trabalho recente, Arriagada (2007) mostra as transformações familiares na América Latina tendo como base pesquisas domiciliares de dezoito países. Utilizando as definições de família da ONU^{§§}, a autora relaciona as principais tendências ocorridas na Região entre 1990 e 2005:

- Redução das famílias nucleares de 63,1% para 61,4%;
- Diminuição das famílias nucleares biparentais com filhos de 46,3% para 41,1%;
- Aumento dos domicílios monoparentais com chefia feminina;
- Leve redução da proporção de famílias estendidas de 23% para 21,7%;
- Manutenção da proporção de famílias compostas em torno de 2%;
- Aumento dos domicílios não-família de 11,5% para 14,8%, sendo que os domicílios unipessoais passaram de 6,7% para 9,7%;

Com respeito às famílias nucleares (constituídas por um ou ambos os conjuges, com ou sem filhos) e a presença de trabalho feminino, as transformações mais importantes ocorridas na América Latina entre 1990 e 2005 foram:

- Famílias biparentais com filhos e conjuge que não trabalha caiu de 47% para 34%;
- Família biparental com filhos e conjuge que trabalha subiu de 27% para 33%;
- Monoparental com chefia masculina de 2% para 3%;
- Monoparental com chefia feminina e a mulher não trabalha, de 5% para 6%;
- Monoparental com chefia feminina e a mulher trabalha, de 8% para 11%;
- Família biparental sem filho e conjuge que não trabalha, de 7% para 8%;
- Família biparental sem filho e conjuge que trabalha, passou de 4% para 6%;

Para o nosso objeto de análise, este último arranjo familiar é o que mais se aproxima do casal DINC (Duplo Ingresso, Nenhuma Criança) e, embora seja quantitativamente pequeno, mostrou um crescimento expressivo entre 1990 e 2005 na Região. Ao mesmo tempo, o estudo de Arriagada também mostra que a família tradicional patriarcal sofreu uma redução significativa:

“Por largo tiempo, la familia nuclear con presencia de un padre proveedor, una madre ama de casa e hijos, fue considerada —y aún lo es— el paradigma de familia ideal y el modelo familiar sobre el que se planifican las políticas públicas. Hacia 2005, se observa que ese modelo de familia nuclear tradicional no era el mayoritario en la región latinoamericana. Solo el 34% de las familias nucleares, un 24,6% del total de las familias y un 20,9% del total de hogares se ajustan a ese modelo tradicional” (Arriagada, 2007, p.129).

Portanto, pode-se encontrar na América Latina várias características da Segunda Transição Demográfica (STD): redução da família tradicional, crescimento de novos arranjos familiares, crescimento do percentual de domicílios com arranjos não familiares (pessoas só e multipessoais sem parentesco) e crescimento dos arranjos domiciliares sem filhos, especialmente o crescimento dos casais de dupla renda sem filhos.

§§ A ONU, no documento Principles and Recommendations for Population and Housing Censuses, Revision 1, (1998), trata a pessoa morando sozinha como um domicílio unipessoal e considera a pessoa vivendo só como uma “não-família”. Também trata como “não-família” as pessoas que convivem em um domicílio multipessoal, mas que não possuem laços de parentesco, adoção ou casamento. Assim, são considerados domicílios resididos por “não-família”:

- a) domicílios unipessoais;
- b) domicílios multipessoais habitado por pessoas sem laço de parentesco, adoção ou casamento.

Já os domicílios resididos por famílias podem ter as seguintes composições:

- 1) Domicílio com família nuclear: Casal: com filho(s); sem filho(s); b) Pai com filho (s); Mãe com filho(s);
- 2) Domicílio com família estendida;
- 3) Domicílio com família composta

4. A terceira transição demográfica

A Terceira Transição Demográfica (TTD) é um fenômeno novo e que ainda está em debate. Segundo Alves e Cavenaghi (2008), conjuntamente às transformações e à diversificação da estrutura familiar durante a STD, ocorreu um rápido declínio das taxas de fecundidade. Em países com alta heterogeneidade estrutural, mesmo com a persistência de um pequeno estrato populacional com altas taxas de fecundidade, passa a crescer uma parcela das famílias que não optam pela procriação e adotam a fecundidade zero.

Inicialmente nos países europeus, mas uma tendência que tem se generalizado, a continuidade da queda da fecundidade e a manutenção de taxas muito baixas (lowest-low fertility) significam não só um novo marco quantitativo de queda, mas uma situação qualitativamente diferente, pois se trata de um movimento de "retirada da procriação", já que cresce o número e a percentagem de mulheres e casais sem filhos, ou seja, fecundidade zero em diversos estratos da população. O casal DINC é um exemplo de arranjo familiar que dá mais valor para a auto-satisfação e para a realização dos desejos presentes de consumo e lazer, do que para a satisfação futura de novas gerações. O mesmo acontece com homens e mulheres que não se casam e não têm filhos e optam por vidas independentes (living-apart-together). Geralmente, fecundidade média abaixo de 1,5 filhos por mulher significa que existe uma grande parcela que não optou por ter filhos. No longo prazo, a fecundidade muito baixa leva a uma intensificação do processo de envelhecimento populacional e a uma diminuição muito rápida da população (se não houver uma entrada maciça de imigrantes).

A conjugação de baixíssima fecundidade com alta imigração internacional é o que o demógrafo David Coleman chama de Terceira Transição Demográfica (TTD)^{***}. Especialmente em países europeus, que já estão com taxas de fecundidade baixíssimas há pelo menos três décadas, o processo de envelhecimento e de redução da população em idade economicamente ativa tem se combinado com a grande entrada de imigrantes de outras partes do mundo, provocando uma mudança na composição étnica e cultural destas sociedades:

“This article proposes that a third demographic transition is underway in Europe and the United States. The ancestry of some national populations is being radically and permanently altered by high levels of immigration of persons from remote geographic origins or with distinctive ethnic and racial ancestry, in combination with persistent sub-replacement fertility and accelerated levels of emigration of the domestic population. The estimates and projections on which these statements are based relate to seven European countries with a 2005 total population of 183 million – about half the population of Western Europe. Most of the other Western European countries, however, share the same essential features of low fertility and high immigration” (Coleman, 2006, p. 401).

Portanto, a discussão sobre a Terceira Transição Demográfica está colocada neste momento de globalização da economia e difusão do consumo. No caso do Brasil, dado o alto grau de heterogeneidade estrutural, as três transições podem ser encontradas, ao mesmo tempo, convivendo em espaços territoriais próximos. Do ponto de vista da migração o Brasil pode ser caracterizado como um país miscigenado e que recebeu muitos migrantes ao longo da sua história. Contudo, nas últimas décadas tem se tornado um país com saldo migratório negativo, isto é, tem mandado mais brasileiros para fora do país do que recebido imigrantes.

^{***} COLEMAN, David. Immigration and Ethnic change in Low-fertility Countries: A Third Demographic Transition. PDR: 32 (3), Washington, 2006.

Em termos do comportamento reprodutivo, segundo o mapeamento sócio-econômico e demográfico dos regimes de fecundidade no Brasil, de Berquó e Cavenaghi (2004), cerca de 5% das mulheres brasileiras em idade reprodutiva, no ano 2000, tinham taxas de fecundidade acima de 5 filhos. Estas mulheres, de modo geral, tinham baixos níveis de renda e educação e o padrão das taxas de fecundidade específicas mantinha a mesma distribuição da época da PTD, ou seja, taxas mais altas nas idades mais jovens e com elevada fecundidade entre as adolescentes. Por outro lado, as mulheres com maiores níveis de renda e educação formal tinham um padrão de fecundidade ou ao nível de reposição ou muito baixo, próximo daquele dos países que foram classificados na STD por Lesthaeghe e Neidert (2006) ou, no caso das mulheres no topo da pirâmide de renda e educação que possuem taxas de fecundidade semelhantes às aquelas encontradas nos países europeus definidos por Coleman (2006) como estando na TTD.

Para o Brasil que é um país com dimensões continentais e que tem em sua formação uma ampla diversidade étnica e cultural, cabe indagar se, para a média nacional, vamos ter níveis baixíssimos de fecundidade? Ou se vamos ter um movimento de “retirada da procriação” com o crescimento do número de mulheres e casais sem filhos? Aliás, esta realidade não é só brasileira. Os demógrafos Luis Rosero Bixby, Teresa Castro e Teresa Martín, em trabalho apresentado no Cinquentenário do Celade, em Santiago do Chile, em 2007, fizeram a seguinte pergunta: “¿Se ha iniciado la retirada de la procreación en América Latina?”

Esta pergunta está em aberto, mas serve de referência para uma linha de pesquisa que vale a pena investir, pois conhecer os comportamentos reprodutivos dos diversos estratos populacionais e as desigualdades sócio-demográficas é uma necessidade premente para a definição das políticas públicas e para o planejamento social e econômico do país. Isto porque o declínio da fecundidade, do patriarcado e o surgimento de novos arranjos familiares são interpretados por alguns autores e por setores do campo conhecido como “conservadorismo moral” como um sinal de um processo de “desintegração familiar”. Contudo, como ressaltou Jelin (2007) as novas formas de família devem ser interpretada como expressão de uma certa liberdade de escolha por parte dos membros que eram tradicionalmente subordinados:

“En verdad, lo que está ocurriendo es un proceso de crisis del modelo patriarcal de familia, un modelo que ciertamente encierra fuertes tendencias autoritarias. Desde la perspectiva de la familia nuclear patriarcal, la disminución de la nupcialidad y el aumento en las tasas de divorcio, así como el incremento en la participación laboral de las mujeres – con el ‘peligro’ de que abandonen sus roles tradicionales (‘naturalizados’) de amas de casa, esposas y madres –, pueden interpretarse como fenómenos o procesos anormales y expresión de una crisis. En estas condiciones, algunas voces se alzan reclamando intervenciones urgentes para “salvar” a la familia de su crisis. Estas voces son usualmente las de la tradición y la religión, con un sentido muy agudo de ‘policiamiento’ moral de la vida privada, que reclaman políticas para ‘fortalecer’ a ‘la’ familia, entendida esta como la pareja monógama, heterosexual y sus hijos, establecida de una vez para siempre. Otros modelos de familia serían desviaciones que manifiestan la crisis. Esta visión simplificada de la realidad debe, sin embargo, ser cambiada” (p. 120).

Entre os modelos “desviantes” de família, o mais combatido pelos setores conservadores tem sido as uniões de pessoas do mesmo sexo. A crise da “família normal” e a epidemia de AIDS foram alguns dos fatores que contribuiram para a visibilidade da família homossexual. Como mostrou Aran (2005):

“Nas últimas décadas, mudanças nas representações, práticas e identidades sexuais vêm sendo observadas. Os principais fenômenos constitutivos destas mudanças são: a crise da familiar nuclear (monogâmica e heterossexual), a entrada da mulher no mercado de trabalho, a separação entre sexualidade e reprodução e uma política de visibilidade da homossexualidade. Neste contexto, o debate em torno do reconhecimento social e jurídico do casal homossexual tem sido um dos principais pontos de embate ou

mesmo de subversão da cultura scientia sexualis, promovendo deslocamentos significativos nos dispositivos de parentesco, de filiação e de definição da diferença entre os sexos” (p. 215).

Desta forma, o processo de enfraquecimento da família patriarcal heterocêntrica e heteronormativa - em especial da família composta por pai provedor, mulher dona de casa e filhos – e a generalização do processo de queda da fecundidade criaram uma situação em que a procriação e a filiação deixam de ser fundamentais para a constituição da família em parcelas crescentes da população. Assim, cresce o número de mulheres e homens que não possuem filhos e toma fôlego o fenômeno das famílias (heterossexuais e homossexuais) sem filhos e sem descendência.

5. A retirada da procriação e o casal DINC

A família DINC surge e ganha força como um tipo específico de arranjo familiar, mesmo que ainda pequeno em termos quantitativos (cerca e 2 milhões de casais), exatamente em um contexto de generalização da regulação da fecundidade, da entrada da mulher no mercado de trabalho, de uma legislação civil mais igualitária em termos de padrões matrimoniais, de dinâmicas demográficas com abundância de oferta de trabalho e dinâmica econômica marcada pelo crescimento da produtividade e avanços tecnológicos. Famílias formadas por “Casais sem filho” (childless couples) sempre existiram na história da humanidade. Mas o fenômeno atual é mais bem descrito como “Casais livres de filhos” (Childfree couples)^{†††}. O surgimento do fenômeno de casais de dupla renda e que optam por não ter filhos é bastante recente, sendo um fenômeno que vem ganhando destaque e que não parece ser uma moda passageira. É um fenômeno carregado de simbolismos e que aponta para um novo contexto social, com novas formas de relacionamentos.

A família DINC traz em si um desafio de interpretação, pois, de certa forma, coloca em xeque os próprios pilares da instituição familiar. O casal DINC é um arranjo familiar formado por laços de aliança entre duas pessoas (de sexos diferentes ou do mesmo sexo), mas não possui a continuidade geracional. Por isso mesmo é bastante combatida pelo conservadorismo moral e pelas forças pró-natalistas, pois a procriação é um dos eixos constituintes das normas da instituição familiar, garantindo a sucessão das gerações e a própria continuidade da família. O casal DINC, pelas suas características, é um arranjo familiar bastante típico de uma sociedade pós-industrial e pós-moderna, que possui maior igualdade entre os cônjuges e aonde o “fluxo intergeracional de riquezas”, na acepção de Caldwell (2005), vai das velhas (os pais) para as novas gerações (os filhos). Isto é, dado o novo balanço custo/benefício, não existem incentivos econômicos para a procriação de filhos.

O tipo de arranjo familiar representado no casal DINC coloca em xeque, também, a clássica separação entre **produção e reprodução**, pois, como os dois cônjuges estão inseridos no mercado de trabalho ou possuem alguma fonte de renda, em tese, eles possuem maior autonomia, situação que propicia maiores espaços para negociação no sentido de reduzir as desigualdades de poder e a assimétrica divisão do trabalho doméstico.

^{†††} “The term childless applies to anyone who wants a child and cannot have one. The term childfree applies to anyone (straight, gay, or bisexual) who plans not to raise or bear children for a variety of reasons. However, because the term childfree is relatively new, the phrases childfree by choice and childless by choice are often used interchangeably”. Disponível em: <http://www.childfreebychoice.com/index.htm>, acessado em: 10 set. 2008.

Seria, portanto, um casal com menores desigualdades e, como melhores níveis de bem-estar econômico, maior grau de proteção social e de cobertura previdenciária.

Embora o casal DINC tenha, em geral, maior renda, maiores níveis educacionais, melhores condições de moradia, maior nível de consumo e carreiras mais promissoras no mercado de trabalho, existe uma certa discriminação social na medida em estes casais não deixam descendentes, herdeiros e não garantem a perpetuação da linhagem da família. Isso acontece tanto no Brasil como em outras partes do mundo, inclusive na China (About, 2007).

De fato, a disponibilidade de métodos contraceptivos e a entrada da mulher no mercado de trabalho – com a conseguinte queda da fecundidade - são os primeiros passos para a redefinição de novas percepções do papel da mulher na sociedade e na família. Segundo Cain (2002), a opção de não ter filhos é uma mudança mais recente e mais profunda:

“Childless women today are on the precipice of redefining womanhood in the most fundamental way ever. Entering the workforce was merely the initial step toward redefining women—and possibly the first toward childlessness. The advent of the pill, the legalization of abortion, and advanced education for women were essential adjuncts to this change. The move toward remaining childless, however, is more profound. For a society based on “family values”, this shift is historic. At its most fundamental level, the emergence of childlessness means that women are seizing the opportunity to be fully realized, self-determined individuals—regardless of what society at large thinks of them” (Cain, 2002).

No Brasil e no mundo é cada vez maior o número de casais que não querem ter filhos ou adotar uma criança. Casais homossexuais podem adotar filhos se quiserem, pois cada vez mais a legislação e os valores da sociedade estão aceitando este tipo de arranjo familiar, que era impensado há décadas atrás. Alguns casais heterossexuais não podem ter filhos por problemas de infertilidade. Outros simplesmente não tiveram a oportunidade de tê-los e alguns não desejam realmente ter filhos, embora exista uma cobrança por parte dos amigos, familiares e da sociedade.

Casais que não podem ter filhos (por problemas de saúde ou infertilidade) geralmente são tratados com consideração e simpatia por parentes, amigos e pela sociedade. Porém, as mulheres que decidem não ter filhos (sendo biologicamente férteis) são, em geral, vistas com desconfiança, quando não acusadas de serem egoístas e desviantes da norma da instituição familiar. Segundo Gillespie (1999): “Women who are involuntary childless are seen to be worthy of sympathy and support (thought no always resources), while women who choose not to mother, who are voluntarily childless, are often considered selfish, deviant and ultimately sad” (p. 44)

Na pesquisa qualitativa feita pela autora, a mulher sem filho que se encontra nesta situação porque adiou o nascimento do primeiro filho não tem uma oposição frontal à maternidade. Contudo, existem mulheres que decidem não ter filhos e não se identificam com a maternidade, existindo mesmo um sentimento de rejeição à maternidade:

“The pull of childlessness often co-exists with a push away from motherhood. Indeed, some women described a fundamental turning away from or rejection of motherhood, particularly the activities associated with motherhood, which held no appeal for them; they felt no desire to become mothers. They wholly rejected the idea that motherhood, or the activities associated with it, were desirable or would in any way be fulfilling for them. These participants most often described motherhood in terms of loss; it represented a sacrifice, a duty and a burden for them, involving demands that they were simply not prepared to make” (Gillespie, 1999 p. 49).

Existe uma crescente literatura que trata das mulheres sem filhos e dos casais DINC⁺⁺⁺, tanto heterossexuais como homossexuais. Mas nosso objetivo neste trabalho é chegar à uma aproximação e fazer uma caracterização deste tipo de arranjo familiar que tem crescido também no Brasil e que é muito pouco estudado.

Contudo, se as transformações na área econômica e social - potencializadas pelo processo de globalização - as transformações de gênero e de individualização das relações sociais significam maior diversidade familiar, cresce o número de mulheres ou casais sem filhos devido à falta de oportunidade de ter filhos ou à rejeição à maternidade, às incompatibilidades entre as exigências do mercado de trabalho, à opção por um padrão de vida mais elevado em termos de consumo do casal ou em decorrência da rejeição do modelo de feminilidade hegemônico. Realmente a família, enquanto instituição, não se dissolveu, mas se reorganizou e se diversificou, assumindo formas de união e de filiação completamente diferentes das suas estruturas históricas.

6. A caracterização do casal DINC no Brasil

Nas seções seguintes, faremos uma descrição dos casais DINC no Brasil, com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, do IBGE, dos anos de 1996^{§§§} e 2006. Para a seleção dos casais DINC e a comparação com os demais arranjos familiares foi necessário estabelecer alguns critérios: a) primeiramente, como não há informações sobre número de filhos tidos pelos homens na PNAD, a opção adotada foi só considerar filhos dos homens aqueles que estavam no domicílio; b) a mulher do casal DINC é aquela que tenha declarado não ter tido filho (nascido vivo ou morto) e não tenha adotado uma criança, ou seja, a mulher não poderia ter filho morando no domicílio e em nenhum outro local; c) além disso, ambos – chefe^{****} e cônjuge – devem ter algum tipo de rendimento monetário, não importando a fonte. É importante esclarecer também que o que chamaremos de “arranjo familiar” daqui para frente se refere à configuração da família principal de cada domicílio. Além disso, quando estivermos trabalhando com casais com filhos, estamos nos referindo aos filhos que estão dentro e fora do domicílio – neste último caso, os filhos das mulheres –, exceto quando devidamente declarado o contrário.

⁺⁺⁺ Nas referências bibliográficas deste trabalho existem vários livros e artigos que foram publicados recentemente e tratam desse tema.

^{§§§} A análise tem como base os domicílios particulares permanentes ocupados que, de acordo com a definição do IBGE são aqueles localizados em casa, apartamento ou cômodo e destinados à moradia (IBGE. Notas Técnicas, 2006).

^{****} O termo “chefe do domicílio” ou simplesmente “chefe”, se refere à pessoa de referência, que, de acordo com a definição do IBGE, é a “pessoa responsável pela unidade domiciliar (ou pela família) ou que assim fosse considerada pelos demais membros” (IBGE, 2006, p.6).

7. Composição etária, escolaridade e cor/raça

De acordo com os dados das PNADs, o número total de domicílios particulares permanentes ocupados no Brasil era de 39,8 milhões em 1996 e 54,6 milhões em 2006. Dentre os tipos de arranjos domiciliares mais comuns – considerando-se apenas as pessoas que residiam no domicílio na data de referência, o casal com filhos foi o que concentrou a maior parcela nestes dois anos, 59,7% e 51,6%, respectivamente, como podemos observar na Tabela 1. Dentre os arranjos apresentados na mesma, o arranjo menos comum é o de chefes homens com filhos (monoparental masculino), com menos de 2% em ambos os anos, muito inferior ao de mulheres chefes com filhos, 13,2% e 15,2% em 1996 e 2006, respectivamente. O casal sem filhos aparece com cifras aparentemente elevadas, mas isso se deve em muito à etapa do ciclo de vida conhecida como “ninho vazio”, pois muitos filhos já saíram de casa, restando no domicílio apenas o casal progenitor. No entanto, se levarmos em conta as mulheres que nunca tiveram filhos (ou adotaram), isto é, “casal sem filhos”^{††††}, este número é bem menor, apenas 5,7% em 1996 e 6,2% em 2006. Podemos analisar estas quantidades por outra ótica. Considerando-se apenas a existência de casais (sem ou com filho), do total de quase 40 milhões de domicílios em 1996, em 72,8% residia pelo menos um casal – chefe e cônjuge, sendo esta quantidade diminuída para 67,4% em 2006, sendo que a grande queda aconteceu entre os casais com filhos.

Tabela 1
Tipos de arranjos domiciliares (com base na família principal), Brasil, 1996 e 2006.

TIPO DE FAMÍLIA	PERCENTUAL %	
	1996	2006
UNIPESSOAL	8,21	11,07
CASAL SEM FILHOS	13,06	15,75
CASAL COM FILHOS	59,71	51,6
HOMEM CHEFE COM FILHOS	1,76	1,93
MULHER CHEFE COM FILHOS	13,18	15,24
OUTROS	4,08	4,41
TOTAL	39.745.768	54.610.413

Fonte: microdados das PNADs 1996 e 2006

Considerando-se apenas os casais com dupla renda (DR), estes representavam 29,7% dos arranjos domiciliares, em 1996, ao passo que, em 2006, esta cifra sobe para 41,05% do total, ou seja, em 2006 aproximadamente 61% dos domicílios brasileiros, com a presença de casais no núcleo familiar, tinham dupla renda, como mostra a Tabela 2. Dentro do universo dos casais com dupla renda e do universo dos casais sem filhos estão inseridos os casais DINC, cuja presença representava 2,86% (1,065 milhão de casais) no total de domicílios, em 1996, passando para 3,68% (2,009 milhões de casais), em 2006. Isso representa um crescimento absoluto de quase 90% em uma década, um crescimento muito superior ao crescimento do número de domicílios no período. Com isso, aproximadamente 9% dos domicílios dos casais de dupla renda podem ser classificados como pertencentes a

^{††††} A definição de “casal sem filho” utilizado neste trabalho para definir o casal DINC é aquele que a mulher declarou nunca ter tido filho nascido vivo ou morto e que não exista, no domicílio, filhos (biológicos ou adotados) do homem que compõem o casal.

casais DINC. Isto significa ainda que mais de 4 milhões dos 187 milhões de brasileiros, segundo a PNAD, faziam parte, de acordo com nossa definição, de famílias DINC, em 2006. Obviamente muitos destes casais ainda poderão ter filhos e deixarão de ser DINC, mas esta é a melhor aproximação que conseguimos com os dados da PNAD e, no mínimo é um retrato instantâneo dos casais DINC naquele momento.

Ainda na tabela 2, podemos perceber que o arranjo familiar que apresentou o maior crescimento relativo foi o dos casais de dupla renda com um filho, passando de 5% para quase 8% do total dos domicílios, neste período. O arranjo que apresentou o maior crescimento absoluto foi o do casal de dupla renda com 3 filhos. Este fato mostra que as mulheres cônjuges estão entrando mais no mercado de trabalho e adquirindo uma maior cobertura previdenciária, mesmo naqueles domicílios com 3 ou mais filhos. O único arranjo que decresceu foi o definido como “demais casais”, isto é, aquele arranjo em que chefe e cônjuge não apresentam, simultaneamente, dupla renda. Este dado é interessante, pois mostra que o modelo de família com homem provedor e mulher apenas dona de casa sofreu uma queda de 38,98% em termos relativos e 16,16% em termos absolutos, em 10 anos, no Brasil.

Tabela 2
Arranjos familiares (com base na família principal), Brasil, 1996 e 2006.

ARRANJO FAMILIAR	PERCENTUAL %		CUMULATIVO %		CRESCIMENTO RELATIVO (%)	CRESCIMENTO ABSOLUTO (%)
	1996	2006	1996	2006		
DINC	2,68	3,68	2,68	3,68	37,31	88,67
DR COM 1 FILHO	5,03	7,86	7,70	11,54	56,26	114,70
DR COM 2 FILHOS	7,92	11,96	15,62	23,50	51,01	107,49
DR COM 3 OU MAIS FILHOS	14,05	17,55	29,67	41,05	24,91	71,63
DEMAIS CASAIS	43,10	26,30	72,77	67,35	-38,98	-16,16
DEMAIS ARRANJOS	27,23	32,65	100	100	19,90	64,75
TOTAL	39.745.768	54.610.413				37,40

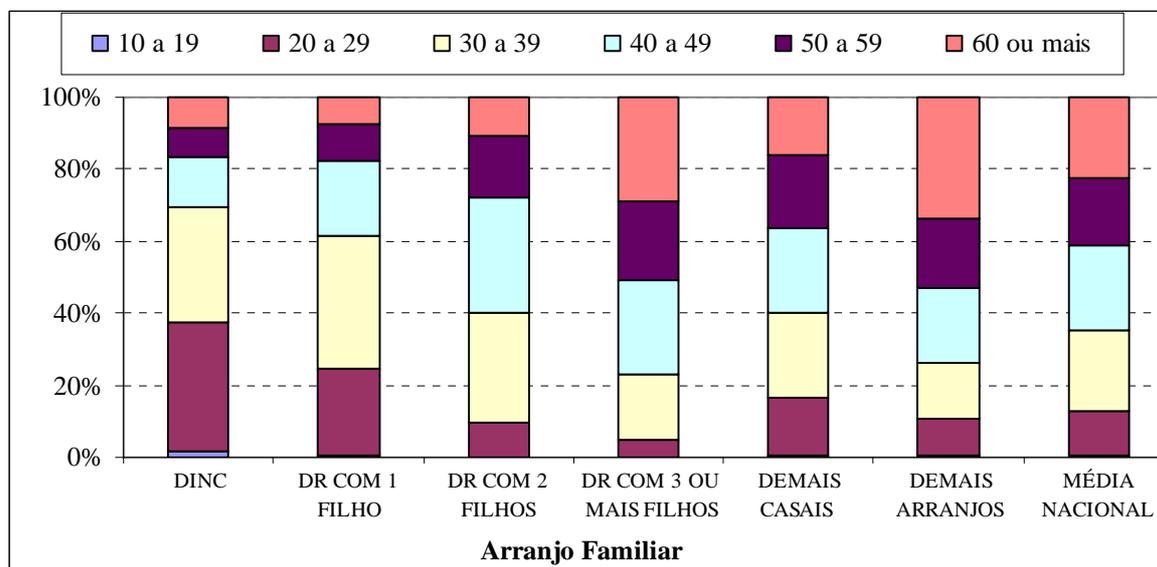
Fonte: microdados das PNADs 1996 e 2006

DR: Dupla Renda

O perfil etário dos casais DINC difere bastante dos demais arranjos familiares. Como podemos observar no Gráfico 1, em 68% destes domicílios o chefe tem entre 20 e 39 anos. Para os casais de dupla renda com um, dois e três ou mais filhos este percentual é de aproximadamente 60%, 40% e 23%, respectivamente. Isso se deve ao fato de, como já foi dito, muitos destes casais ainda estarem iniciando suas vidas a dois, estando em uma fase que se pode caracterizar como início da “transição para a vida adulta”. Diversos destes casais caracterizados como DINC ainda estão estudando e podem estar apenas postergando o nascimento do primeiro filho. Com o aumento da idade, obviamente, aumenta a probabilidade de ter filhos, contudo, neste ponto do tempo, ano de 2006, este é o retrato dos casais DINC.

Gráfico 1

Percentual de domicílios por idade do chefe e tipo de arranjo familiar (com base na família principal), Brasil, 2006.



Fonte: microdados da PNAD 2006

DR: Dupla Renda

Em termos de escolaridade da pessoa de referência (“chefe”) da família DINC, observa-se que o grau de instrução se mostra muito acima da média, mesmo se comparados aos chefes dos demais casais de dupla renda. Tanto na faixa de 11 a 14 quanto em 15 ou mais anos de estudo a família DINC fica, percentualmente, bem acima das demais. É possível notar no Gráfico 2 que o percentual de chefes nas faixas mais altas de escolaridade (11 ou mais anos de estudo) decresce com o aumento do número de filhos, ficando o nível educacional dos chefes com três ou mais filhos abaixo da média nacional. Podemos observar também uma baixa prevalência dos chefes dos casais DINC sem instrução (5,09%) ou com baixa escolaridade – de 1 a 3 anos de estudo – (5,64%), sendo estes percentuais bem inferiores aos demais, como podemos ver ainda no Gráfico 2. Isso pode ser entendido se nos lembrarmos da definição que foi dada para o casal DINC.

A literatura mostra que homens e mulheres (ou casais) com níveis baixos de instrução apresentam menor rendimento e, em geral, um maior número de filhos. Conseqüentemente, podemos esperar encontrar poucos casais analfabetos ou com pouca instrução que se enquadrem nos quesitos de classificação dos DINC, como de fato ficou evidenciado nos dados da PNAD 2006. Na ausência de filhos, o casal DINC pode investir mais na sua própria educação, se qualificando para conseguir uma melhor posição no mercado de trabalho. Nestes casos, os filhos deixam de ser fonte de seguro em caso de adversidades momentâneas ou na velhice dos pais. O casal DINC constrói o seu próprio seguro investindo em capital humano, alcançando empregos mais confiáveis e rentáveis e obtendo maior cobertura previdenciária.

Ao contrário, quase 80% dos casais de dupla renda com 3 ou mais filhos possuíam menos de 8 anos de estudo. A questão a ser melhor estudada nestes casos é se eles tem muitos filhos porque possuem baixo grau de escolaridade (e de renda) e pequeno acesso

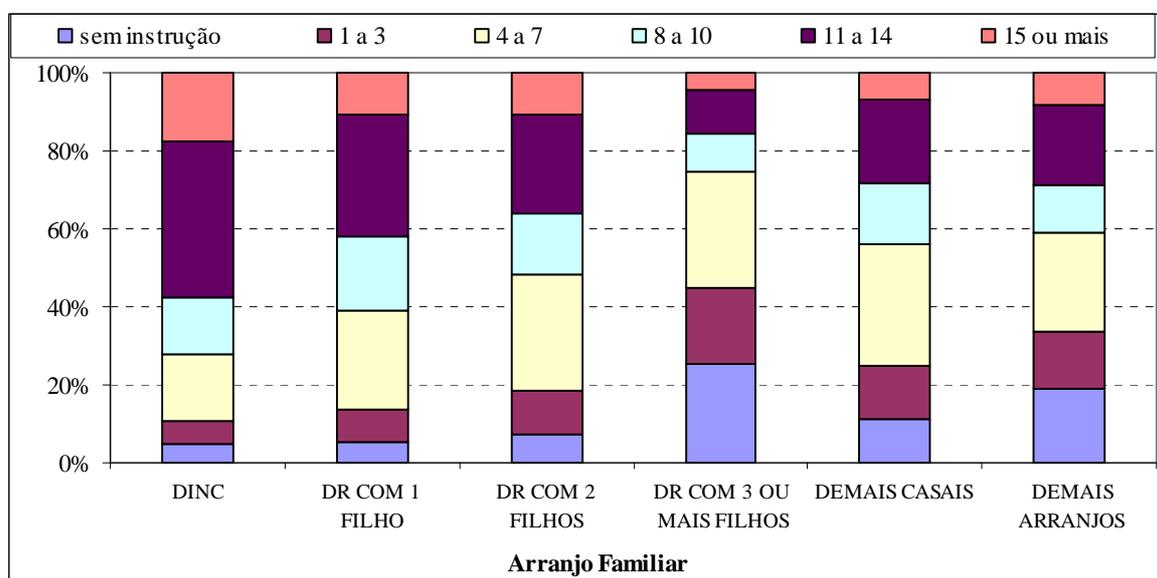
aos métodos contraceptivos ou se possuem níveis baixos de instrução porque precisam investir tempo e dinheiro no cuidado dos filhos. Provavelmente trata-se de uma determinação de duplo sentido, ou seja, com menores níveis de instrução estes casais começam a ter filhos mais cedo o que drena recursos e tempo para o investimento próprio em educação. Assim, quanto menor é o nível educacional dos pais menor é o custo de oportunidade de ter filhos.

Dos chefes de domicílios no Brasil, a maioria, cerca de 51%, é de cor branca, 39% são de cor parda e 8,2% de cor preta, como podemos observar na Tabela 3. Juntando estas duas últimas temos 47,5% do que se convencionou chamar de “raça” negra. Uma análise por cor das famílias DINC no Brasil, mostra que este tipo de arranjo é proporcionalmente maior entre os brancos (60%) e proporcionalmente menor entre os pardos (31,4%) e entre os pretos (7,2%).

Também neste caso é preciso estudar melhor o sentido da determinação das causalidades, pois se é verdade que os brancos possuem maiores níveis educacionais e de renda (fatores que influenciam a formação de casais DINC) é verdade também que o tipo de arranjo familiar pode influenciar o status social do casal. Neste caso, uma maior propensão dos brancos a formarem casais DINC podem estar reforçando uma melhor inserção social e um maior bem-estar familiar.

Gráfico 2

Percentual de domicílios por escolaridade do chefe e tipo de arranjo familiar (com base na família principal), Brasil, 2006.



Fonte: microdados da PNAD 2006;
 * Excluído ignorado/não determinado;
 DR: Dupla Renda

Tabela 3
Percentual de chefes por cor/raça segundo tipo de arranjo familiar (com base na família principal), Brasil, 2006.

ARRANJO FAMILIAR	COR DO CHEFE					TOTAL
	INDÍGENA	BRANCA	PRETA	AMARELA	PARDA	
DINC	0,51	60,11	7,16	0,84	31,37	100,00
DR COM 1 FILHO	0,25	56,65	7,42	0,33	35,35	100,00
DR COM 2 FILHOS	0,25	56,32	6,64	0,71	36,08	100,00
DR COM 3 OU MAIS FILHOS	0,32	43,07	8,52	0,49	47,58	100,00
DEMAIS CASAIS	0,31	52,97	7,25	0,62	38,84	100,00
DEMAIS ARRANJOS	0,45	51,17	9,55	0,67	38,16	100,00
Total	0,35	51,60	8,16	0,61	39,27	100,00

Fonte: microdados da PNAD 2006

*Exclusivo sem declaração

DR: Dupla Renda

Por outro lado, nos domicílios cujos chefes são de cor parda predominam os casais de dupla renda (DR) com 3 ou mais filhos. Já nos domicílios cujos chefes são de cor preta a predominância é dos demais arranjos, provavelmente, dos arranjos monoparentais femininos. Assim, podemos ver pela tabela 3 que existe uma maior associação entre os chefes de cor parda e arranjos de DR com 3 ou mais filhos, enquanto os homens de cor preta tendem a se engajar menos em famílias com núcleo (chefe e cônjuge) de dupla renda.

8. Localização, bens e moradia

Sabemos há muito tempo que a população brasileira se concentra a cada ano mais e mais nas cidades e que o conceito de urbano adotado no país favorece ao crescimento da população urbana. Em 2006, quase 85% dos domicílios brasileiros estavam localizados nas áreas urbanas do Brasil. A Tabela 4 nos permite observar a distribuição por situação de domicílio dos diferentes arranjos familiares que viemos investigando até o momento. Nota-se que a proporção de domicílios de casais de dupla renda na área rural aumenta com o número de filhos, tendo seu máximo em aproximadamente 25% para os casais com três ou mais filhos. Ao contrário, no meio urbano a proporção de casais de dupla renda diminui com o aumento do número de filhos.

É interessante notar também o percentual de casais DINC que residem em áreas rurais, que é de 8,16% contra 15,2% da média nacional, enquanto na área urbana o percentual de casais DINC é de 91,8% contra 84,8% da média nacional urbana. Isto quer dizer que a família DINC é um fenômeno predominantemente urbano – área que concentra as maiores oportunidades de emprego e as maiores alternativas de consumo e lazer – mas a presença da família DINC nas áreas rurais não é desprezível, o que mostra que este novo tipo de arranjo familiar esta se generalizando por todo o país.

Tabela 4
Percentual de domicílios por situação e tipo de arranjo familiar (com base na família principal), Brasil, 2006.

ARRANJO FAMILIAR	Urbano	Rural	TOTAL
DINC	91,84	8,16	100,00
DR COM 1 FILHO	88,22	11,78	100,00
DR COM 2 FILHOS	86,97	13,03	100,00
DR COM 3 OU MAIS FILHOS	74,42	25,58	100,00
DEMAIS CASAIS	83,27	16,73	100,00
DEMAIS ARRANJOS	89,30	10,70	100,00
TOTAL	84,84	15,16	100,00

Fonte: microdados das PNADs 2006

DR: Dupla Renda

Além deste perfil mais urbanizado, era de se esperar que encontrássemos os casais DINC mais concentrados nas regiões Sudeste e Sul do país, regiões que apresentam maiores oportunidades de emprego e educação, assim como um sistema de saúde mais eficiente e com maior disponibilidade de métodos contraceptivos. De fato, como podemos observar na Tabela 5, cerca de 50% dos casais classificados como DINC estão localizados na região Sudeste do país, sendo a proporção total de domicílios nesta região de aproximadamente 45%. Na região Sul a proporção de casais DINC é de 18,9% contra 15,7% para o percentual de domicílios da região. Pode-se perceber também por esta tabela que é muito baixa a proporção de DINC nas regiões Norte e Nordeste, ao contrário da dos casais de dupla renda com três ou mais filhos. Os casais de dupla renda com um ou dois filhos seguem a mesma tendência dos DINC, porém de forma menos acentuada.

Tabela 5
Percentual de domicílios por Grandes Regiões e tipo de arranjo familiar (com base na família principal), Brasil, 2006.

ARRANJO FAMILIAR	REGIÃO					TOTAL
	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	
DINC	3,41	20,22	50,43	18,94	6,99	100,00
DR COM 1 FILHO	4,90	22,73	47,18	19,29	5,91	100,00
DR COM 2 FILHOS	5,90	23,15	45,49	17,65	7,80	100,00
DR COM 3 OU MAIS FILHOS	8,90	34,74	35,03	14,53	6,79	100,00
DEMAIS CASAIS	7,92	22,03	46,93	15,26	7,85	100,00
DEMAIS ARRANJOS	6,29	24,67	47,24	14,62	7,17	100,00
MÉDIA NACIONAL	6,92	25,25	44,92	15,66	7,25	100,00

Fonte: microdados da PNAD 2006

DR: Dupla Renda

As características dos domicílios em que vivem estes casais também diferem bastante entre si. A Tabela 6 traz um resumo das características dos domicílios em termos de número de cômodos, banheiros, número médio de moradores e saneamento. Podemos ver que em termos de fornecimento de água^{††††} e coleta de esgoto^{§§§§}, os DINC possuem

†††† A variável utilizada foi a "proveniência da água utilizada", sendo considerada como adequada aquela proveniente de rede geral de distribuição.

§§§§ A variável aqui analisada foi "esgotamento sanitário", sendo considerada como adequado se tivesse "rede coletora de esgoto ou pluvial", ou "fossa séptica ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial".

domicílios mais adequados que os demais casais. Podemos ver que, dos domicílios formados por casais DINC, 89% e 70% apresentaram, respectivamente, fornecimento de água e coleta de esgoto adequados de acordo com o critério aqui adotado. Estes percentuais caem com o aumento do número de filhos entre os casais de dupla renda.

Além disso, podemos perceber também que os domicílios com arranjos DINC apresentam maior número de cômodos e banheiros *per capita* que os demais domicílios, evidenciando suas melhores condições de moradia. Em termos *per capita* os casais DINC só perdem para a categoria “demais arranjos”, que, como podemos ver ainda na Tabela 6, apresenta um número médio de moradores muito baixo devido e maior disponibilidade de cômodos e banheiros. Isto provavelmente se deve à alta prevalência de domicílios unipessoais nesta categoria “demais arranjos”.

Tabela 6
Percentual de domicílios com água e esgoto adequados e número de cômodos e banheiros *per capita* segundo tipo de arranjo familiare (com base na família principal), Brasil, 2006.

ARRANJO FAMILIAR	ÁGUA	ESGOTO	Nº MÉDIO DE COMODOS PER CAPITA	Nº MÉDIO DE BANHEIROS PER CAPITA	Nº MÉDIO DE MORADORES
DINC	0,89	0,70	2,72	0,66	2,08
DR COM 1 FILHO	0,86	0,63	1,94	0,46	2,97
DR COM 2 FILHOS	0,84	0,60	1,76	0,42	3,59
DR COM 3 OU MAIS FILHOS	0,71	0,44	1,55	0,34	3,95
DEMAIS CASAIS	0,79	0,57	1,73	0,40	3,37
DEMAIS ARRANJOS	0,85	0,62	3,04	0,71	1,80

Fonte: microdados da PNAD 2006

DR: Dupla Renda

A Tabela 7 mostra o “padrão de consumo” segundo os diversos arranjos domiciliares. Podemos ver que, em geral, os domicílios com casais DINC apresentam maior proporção de consumo. Assim, além de possuírem domicílios com melhores condições de saneamento básico, maior número de cômodos e banheiros *per capita*, os domicílios com casais DINC também estão entre os que apresentam o maior número de bens e serviços^{*****} segundo os dados da PNAD 2006. Um fato interessante nesta tabela é que em termos de bens e serviços, os casais de dupla renda com dois filhos são muito parecidos com os casais DINC, principalmente no quesito geladeira^{†††††}, máquina de lavar, computador e internet. Em termos de telefonia os DINC ficaram com a maior proporção de posse de celular, enquanto os casais de dupla renda e dois filhos ficam com a maior proporção em termos de telefone fixo. Os casais com dupla renda e três filhos ou mais foram os que apresentaram as piores proporções para todos os bens e serviços apresentados. Na disponibilidade de Internet, os domicílios com casais DR de zero, um ou dois filhos possuem praticamente o mesmo percentual de acesso.

***** Apesar de não ser um bem propriamente dito, a internet foi também considerada como tal.

††††† Neste caso, com uma ou duas portas.

Tabela 7

Percentual de domicílios com posse de alguns bens selecionados segundo arranjo familiar (com base na família principal), Brasil, 2006.

ARRANJO FAMILIAR	CELULAR	TELEFONE FIXO	GELADEIRA	MAQUINA DE LAVAR	COMPUTADOR	INTERNET
DINC	0,78	0,52	95,04	0,50	0,33	0,26
DR COM 1 FILHO	0,75	0,51	94,22	0,47	0,29	0,23
DR COM 2 FILHOS	0,74	0,56	94,26	0,48	0,33	0,26
DR COM 3 OU MAIS FILHOS	0,56	0,39	85,62	0,30	0,16	0,11
DEMAIS CASAIS	0,66	0,48	90,16	0,39	0,23	0,17
DEMAIS ARRANJOS	0,57	0,45	86,62	0,33	0,18	0,14

Fonte: microdados da PNAD 2006

DR: Dupla Renda

Uma outra característica interessante e que distingue bem estes arranjos é o tipo de domicílio. A Tabela 8 traz o percentual de domicílios que foram classificados como casa, apartamento ou cômodo para cada um dos arranjos familiares selecionados e para a média nacional. O que podemos perceber é que existe maior tendência de encontrarmos casais DINC residindo em apartamentos que os demais. Aliás, muito acima da média e dos demais arranjos familiares. São quase 23% contra 11% da média nacional. Já para os demais casais de dupla renda, os percentuais dos que residem em casas é maior, e aumenta com o número de filhos, chegando a 95% para aqueles com três ou mais filhos, bem superior à média nacional que é de 88,64%. O fato das famílias DINC estarem mais presentes em apartamentos é compatível com o fato de estarem mais presentes nas áreas urbanas, pois os casais DINC por terem maior inserção no mercado de trabalho e não terem filhos podem ter maior pelas comodidades dos apartamentos em relação aos demais arranjos, especialmente aqueles com muitos filhos que preferem morar em casas.

Tabela 8

Percentual de domicílios por tipo segundo arranjo familiar (com base na família principal), Brasil, 2006.

ARRANJO FAMILIAR	TIPO DE DOMICÍLIO			TOTAL
	CASA	APARTAMENTO	CÔMODO	
DINC	76,98	22,74	0,28	100,00
DR COM 1 FILHO	85,62	14,13	0,25	100,00
DR COM 2 FILHOS	89,33	10,57	0,11	100,00
DR COM 3 OU MAIS FILHOS	95,53	4,32	0,15	100,00
DEMAIS CASAIS	90,94	8,79	0,26	100,00
DEMAIS ARRANJOS	84,90	14,47	0,63	100,00
MÉDIA NACIONAL	88,65	11,01	34,26	100,00

Fonte: microdados da PNAD 2006

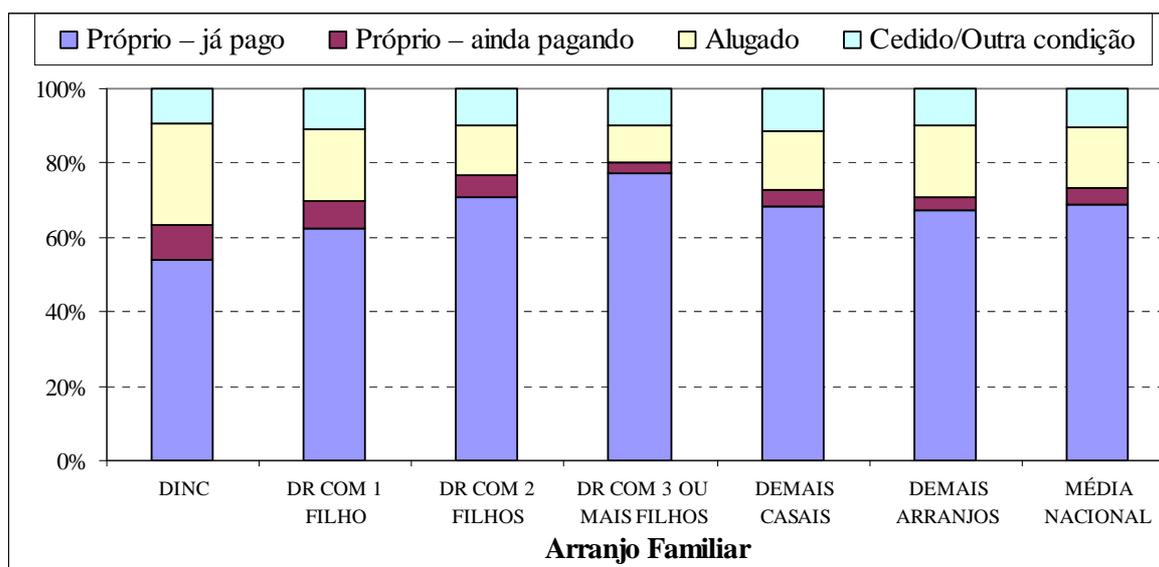
DR: Dupla Renda

Já em termos de tipo de ocupação, um grande diferencial dos DINC é a grande proporção de domicílios alugados, como mostra o Gráfico 3. Entre seus domicílios, aproximadamente 27% são alugados, enquanto a média nacional é de apenas 16%. Podemos perceber também que o número de domicílios nesta condição diminui com o

número de filhos, e a proporção de domicílios próprios – considerando-se a soma dos pagos com os ainda pagando – aumenta com o número de filhos nos casais de dupla renda, chegando a aproximadamente 80% para aqueles com três ou mais filhos.

Gráfico 3

Tipo de ocupação do domicílio por tipo de arranjo familiar (com base na família principal), Brasil, 2006.



Fonte: microdados da PNAD 2006;
DR: Dupla Renda

A soma da proporção de domicílios nas condições de cedido ou outra condição são aproximadamente a mesma para todos os arranjos. O fato dos casais de dupla renda com 3 ou mais filhos estar presente em maior proporção nos domicílios próprios e já pagos reflete, em parte, a maior idade destes casais, mas por outro lado pode refletir o desejo dos pais em deixar a herança da casa própria para os filhos.

9. Ocupação, rendimento, chefia, atividade e previdência

A Tabela 9 nos traz uma série de informações elucidativas a respeito da ocupação dos chefes de domicílios nos diferentes arranjos familiares em questão. Em 2006, dentre os chefes ocupados⁺⁺⁺⁺ aproximadamente 35% eram empregados^{sssss} com carteira assinada, enquanto que entre os DINC's, este percentual era de quase 50%, cerca de 15 pontos percentuais acima da média nacional. Este percentual diminui gradativamente para os

++++ Todos os percentuais desta tabela se referem aos chefes ocupados na data de referência da PNAD 2006.

sssss Quando nos referimos aos empregados estamos nos referindo também aos empregados domésticos.

demais casais de dupla renda com o acréscimo do número de filhos, sendo que para os com três filhos ou mais este percentual ficou abaixo da média nacional, com apenas 25,85%. Entre os empregados sem carteira assinada ocorre exatamente o contrário, ficando estes últimos acima da média nacional.

Outro fato que chama a atenção é a proporção de DINC's (8,6%) ocupando cargos nos serviços público e militar, quase 20% superior à média nacional. Dentre os arranjos que não são formados por casais também é alta esta proporção (9,5%), provavelmente em decorrência da maior presença de pessoas que vivem só e estão ocupadas nos serviços público e militar.

Entre os trabalhadores por conta própria a proporção aumenta com o aumento do número de filhos entre os casais de dupla renda, chegando a pouco mais de 38% para aqueles que têm três filhos ou mais, cerca de dez pontos percentuais acima da média nacional. Isto se deve provavelmente às maiores facilidades das mulheres (cônjuges na maioria), envolvidas em atividades classificadas como "conta própria" em conciliar os trabalho fora de casa com os afazeres domésticos. Os DINC's ficam abaixo desta média, com 19,7%. Como empregadores se destacam os casais de dupla renda com dois filhos, 9,7%. Entretanto, os DINC's como empregadores, com 7,5%, ainda ficam acima da média nacional, que era de 6,8%, em 2006.

Tabela 9
Percentual de chefes por tipo de ocupação segundo arranjo familiar (com base na família principal), Brasil, 2006.

ARRANJO FAMILIAR	Empregado com carteira	Empregado sem carteira	Militar ou Funcionario Público	Conta própria	Empregador	Outros	TOTAL	Taxa de ocupação (chefes)
DINC	49,34	13,95	8,57	19,66	7,54	0,95	4,55	91,94
DR COM 1 FILHO	44,50	16,00	7,80	23,64	6,87	1,20	9,76	92,34
DR COM 2 FILHOS	37,41	15,75	7,67	28,41	9,67	1,08	14,39	89,47
DR COM 3 OU MAIS FILHOS	25,85	19,63	4,99	38,27	6,51	4,75	19,04	80,68
DEMAIS CASAIS	37,74	15,30	5,85	29,22	7,88	4,01	26,77	75,69
DEMAIS ARRANJOS	31,25	24,21	9,46	25,06	4,24	5,77	25,49	58,06
MÉDIA NACIONAL	34,96	18,47	7,18	28,79	6,83	3,76	40.610.000	74,36

Fonte: microdados da PNAD 2006

DR: Dupla Renda

Além de os casais DINC apresentarem as características acima em termos de ocupação, os dados da PNAD 2006 também mostram que estão ocupados 40% acima da média nacional em cargos de dirigentes em geral, 86% superior entre os profissionais das ciências e das artes, e 60% superior entre os técnicos de nível médio e trabalhadores do serviço administrativo. O único arranjo que se assemelha muito com os DINC's, no caso dos chefes ocupados em cargos de dirigentes é o casal de dupla renda com dois filhos, que mais uma vez se assemelha a este arranjo*****.

Desta forma, podemos perceber que os casais DINC possuem uma maior inserção no mercado e estão situados em ocupações com maior grau de formalidade e de maior prestígio e retorno monetário. Neste texto analisamos apenas a situação ocupacional dos chefes da família DINC, mas nossos dados apontam para características semelhantes no caso dos cônjuges, o que mostra que os casais DINC possuem maior igualdade de gênero quando se considera os níveis de educação, renda e inserção no mercado de trabalho

***** A outra grande semelhança ocorreu na posse de bens.

As características de ocupação dos chefes de domicílios dos casais DINC se refletem em sua maior inserção previdenciária. Podemos perceber pela Tabela 10 que este arranjo familiar é o que apresenta a maior proporção de contribuintes entre os arranjos apresentados, com quase 70%, mais de 31% superior à média nacional que era de 53,2% em 2006. A proporção de contribuintes decresce com o número de filhos, ficando os casais de dupla renda e três ou mais filhos com a menor proporção de contribuintes entre os arranjos familiares descritos nesta tabela, com apenas 40%. Este fato confirma a teoria que diz que o número de filhos é menor entre as famílias com maior cobertura previdenciária (FARIA, 1989).

Tabela 10
Percentual de chefes ocupados que contribuíam para a
previdência segundo arranjo familiar (com base na família
principal), Brasil, 2006.

ARRANJO FAMILIAR	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA		TOTAL
	Contribuinte	Não-contribuinte	
DINC	69,87	30,13	4,55
DR COM 1 FILHO	64,25	35,75	9,76
DR COM 2 FILHOS	60,09	39,91	14,39
DR COM 3 OU MAIS FILHOS	39,97	60,03	19,04
DEMAIS CASAIS	55,72	44,28	26,77
DEMAIS ARRANJOS	49,44	50,56	25,49
MÉDIA NACIONAL	53,24	46,76	40.610.000

Fonte: microdados da PNAD 2006

DR: Dupla Renda

Tendo em vista estes perfis tão diferenciados, uma outra questão que surge é em quanto a dupla renda destes casais vem realmente do trabalho dos cônjuges. Da forma como foi definido, se num casal apenas o homem trabalha e a mulher tem renda de aposentadoria ou recebe dinheiro referente a aluguel de imóveis, por exemplo, este casal será considerado como casal de dupla renda. Sendo assim, é interessante saber que quantidade (proporção) das fontes de renda destes casais é oriunda de trabalho. Para ilustrar isso, vamos observar o Gráfico 4, que mostra quem (ou se alguém) no domicílio tem renda proveniente de algum trabalho remunerado. Podemos perceber que para a grande maioria dos casais DINC, 84%, a dupla renda é oriunda do trabalho de ambos os cônjuges, sendo este percentual reduzido para aproximadamente 77%, 69% e 45% para os casais de dupla renda com um, dois e três filhos ou mais, respectivamente. Obviamente este é um efeito nos casais DINC, assim como a alta atividade – Tabela 9, que tem a contribuição do perfil etário mais jovem.

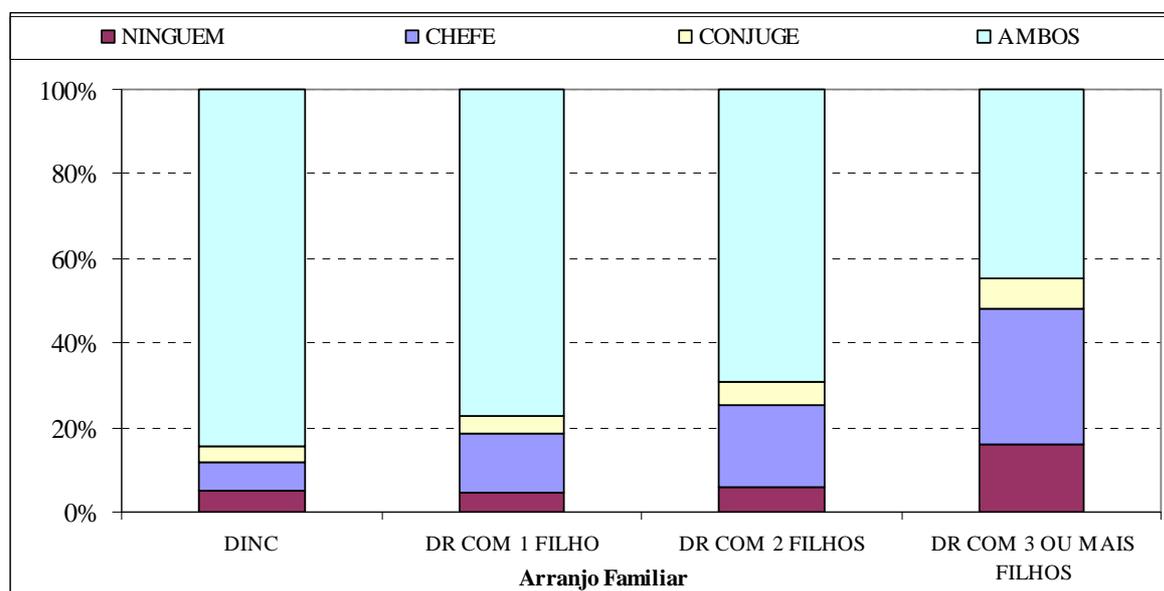
Para os casais de dupla renda com três filhos ou mais, a proporção de domicílios em que nenhum dos cônjuges tem rendimento proveniente de trabalho é grande, cerca de 16%, provavelmente por seu perfil etário mais velho, sendo estes rendimentos muito provavelmente provenientes de aposentadorias.

Um outro ponto interessante é o da composição por sexo da “chefia” do domicílio. Por motivos históricos, na maioria dos domicílios a pessoa de referência ainda é do sexo masculino, cerca de 71%, e só não é maior devido à grande quantidade de domicílios unipessoais chefiados por mulheres, como mostra a Tabela 11. Esta tendência, no entanto,

vem mudando ao longo do tempo e já se mostra um pouco diferente, principalmente quando estamos tratando dos casais de dupla renda. Nestes casais é possível percebermos uma maior presença de mulheres na condição de chefe do domicílio, variando entre 8,6% e 10,6%. A maior taxa é dos casais DINC, 10,63%, sendo de apenas 6,15% a taxa de chefia feminina na categoria “demais casais”. Embora existam vários indicadores de maior igualdade de gênero na família DINC este dado sobre chefia mostra o quanto a sociedade ainda tende a indicar o homem como o chefe do domicílio (na linha do pátrio poder), mesmo em situação em que a mulher tem uma inserção social tão ou mais importante do que a do homem.

Gráfico 4

Percentual de domicílios de casais de dupla renda cuja mesma é proveniente do trabalho somente do chefe; cônjuge; ambos ou nenhum deles. Brasil, 2006.



Fonte: microdados da PNAD 2006;
DR: Dupla Renda

Tabela 11

Percentual de chefes por sexo e tipo de arranjo familiar (com base na família principal), Brasil, 2006.

ARRANJO FAMILIAR	CHEFE HOMEM	CHEFE MULHER	TOTAL
DINC	89,37	10,63	100,00
DR COM 1 FILHO	90,97	9,03	100,00
DR COM 2 FILHOS	91,36	8,64	100,00
DR COM 3 OU MAIS FILHOS	90,87	9,13	100,00
DEMAIS CASAIS	93,85	6,15	100,00
DEMAIS ARRANJOS	28,22	71,78	100,00
TOTAL	38.890.000	15.720.000	100,00

Fonte: microdados da PNAD 2006

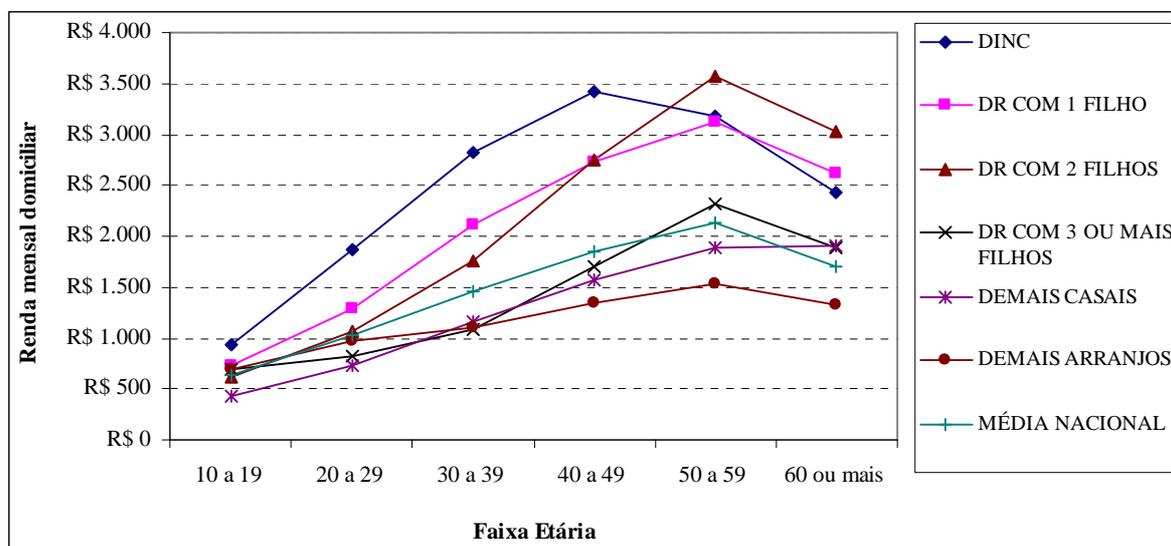
DR: Dupla Renda

Uma outra variável muito importante e que distingue bem os DINC's dos demais arranjos familiares é a renda. Como podemos observar no Gráfico 5, a renda mensal domiciliar dos casais DINC é, em média, bem maior que a dos demais arranjos. Em relação à média nacional, que era de R\$ 1.671,00 a média dos DINC's é mais de 50% maior, isto é, R\$ 2.530,00. Em relação aos demais arranjos apresentados, a renda dos DINC's é a maior entre os que possuem chefes de até 49 anos de idade. A partir desta idade começa a haver uma inversão na curva e o rendimento dos DINC's começa a diminuir. É natural que haja queda na renda com o aumento da idade após os 50 anos, mas o que ocorreu foi uma queda precoce na renda dos DINC's (provavelmente em decorrência da aposentadoria) se comparados aos demais arranjos. O fato dos casais DR com dois filhos terem renda superior nos grupos etários acima de 50 anos, temos que levar em conta o fato de que muitos filhos também têm renda e, ainda morando no domicílio, contribuem para o rendimento mensal da moradia. Sendo assim, a renda domiciliar se mantém elevada por mais tempo não pela renda dos pais, mas pela contribuição da renda dos filhos.

Sendo assim, após os 50 anos, com esta queda na curva dos DINC's, passa a predominar a renda dos casais com dois filhos a partir dos 50 anos, e a dos casais com dois filhos, seguido pelos de um filhos e dos DINC's, respectivamente, a partir dos 60 anos. No geral, o casal DINC está no topo da pirâmide de renda no Brasil (Alves e Barros, 2008).

Gráfico 5

Rendimento mensal domiciliar por idade do chefe do domicílio e por tipo de arranjo familiar (com base na família principal), Brasil, 2006.



Fonte: microdados da PNAD 2006;
DR: Dupla Renda

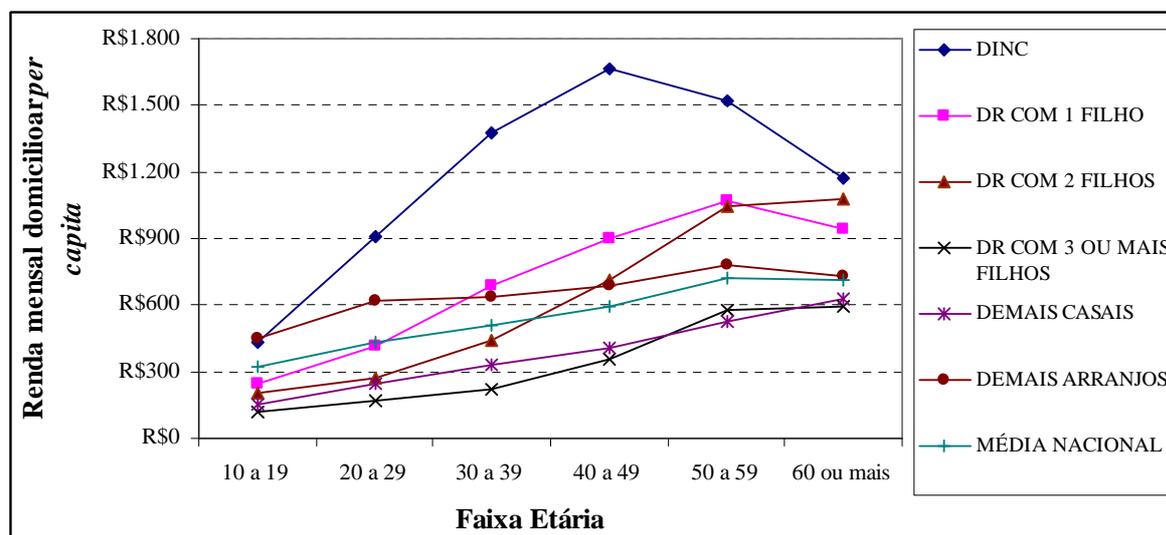
Se ao invés de observar a renda mensal domiciliar absoluta e observarmos a renda mensal domiciliar *per capita* destes arranjos familiares o resultado é ainda mais contrastante, como mostra o Gráfico 6. Podemos observar que a renda dos casais DINC neste caso é superior à dos demais em praticamente todas as idades, inclusive entre os chefes com 60 anos ou mais. A média nacional para este rendimento era de R\$600, menos da metade da média para os DINC's, que era de R\$1230. Este rendimento entre os DINC's é tão alto – para os padrões brasileiros - que supera, na média, o de todos os demais arranjos

apresentados em no mínimo 70% - casais de dupla renda com um filhos, chegando a 190% superior se comparado à categoria “demais casais”, que são aqueles que não possuem dupla renda.

Estes dados do rendimento mensal domiciliar *per capita* é totalmente compatível com os resultados apresentados nas tabelas e gráficos anteriores, pois maiores níveis educacionais estão correlacionados com maiores níveis de renda. Como o marido e a esposa da família DINC possui renda e esta é dividida apenas por duas pessoas, então a renda *per capita* tende a ser superior às dos demais arranjos domiciliares. Com maior renda disponível este casal passa a investir em melhores condições de moradia e de consumo de bens e serviços.

Gráfico 6

Rendimento mensal domiciliar per capita por idade do chefe do domicílio e por tipo de arranjo familiar (com base na família principal), Brasil, 2006.



Fonte: microdados da PNAD 2006; DR: Dupla Renda

10. Conclusões

A família DINC tem assumido dimensões crescentes em termos quantitativos no Brasil e no mundo e uma importância ainda maior em termos qualitativos, pois é um fenômeno paradigmático da pós-modernidade e de uma etapa da dinâmica populacional que tem sido denominada de Terceira Transição Demográfica (TTD). O presente trabalho teve como propósito situar a discussão teórica do fenômeno e traçar um perfil socio-demográfico dos casais DINC no Brasil. Acreditamos que muito ainda falta ser feito e o próprio tamanho do texto limitou a explicitação dos nossos achados. Contudo, este Texto para Discussão cumpre o papel de trazer para o público brasileiro as características fundamentais da família DINC e dialogar com uma rica literatura internacional sobre o assunto (Safer, 1996; Dell e Erem, 2003; Defago, 2005 e Shawne, 2005).

De modo geral, podemos dizer que não existe uma crise da família contemporânea. Ao contrário, estamos assistindo à um florescimento de alternativas variadas e criativas de novos arranjos domiciliares. O que, sim, está em crise é a família patriarcal tradicional. O antigo modelo de dominação masculina no âmbito da família está, felizmente, em crise. Formas mais igualitárias de relação entre os gêneros e entre as gerações estão se expandindo, embora a plena equidade ainda seja um sonho distante (Goldani, 1993).

Na sociedade pós-moderna não há mais condições de se manter a padronização fordista. A família não é uma linha de montagem em que um casal heterossexual “fabrica” filhos padronizados que vão gerar filhos, netos e bisnetos que viverão “como os nossos pais”. A família na sociedade pós-industrial e pós-fordista difere das suas congêneres modernas pelas alterações nas relações entre os gêneros e entre as gerações. Difere também pelo tipo de inserção na divisão social e sexual do trabalho. As mulheres deixam de ser simplesmente as esposas, ou sombras dos maridos, assim como os filhos adquirem uma mobilidade social e espacial sem precedentes. A família DINC é a expressão mais singular das transformações econômicas e sociais do século XXI.

Mesmo representando apenas 3,7% dos domicílios brasileiros, em 2006, os casais de Duplo Ingresso e Nenhuma Criança (DINC) são um tipo de arranjo que tende a crescer e a fazer parte da diversidade dos arranjos domiciliares. Conhecer as características destes casais é importante para as políticas públicas, pois trata-se de um tipo de família menos presente nos segmentos mais pobres da população. Mesmos sem o apoio explícito do Estado, isto é, sem políticas de transferência de renda, a família DINC consegue, em geral, obter melhores níveis de educação, renda, cobertura previdenciária e consumo. Consequentemente, consegue obter maior esperança de vida e melhor padrão de conforto. A família DINC também se constitui um segmento de mercado muito atraente para as empresas (e a demografia de negócios), pois possui um maior poder de compra e padrões de consumo superiores aos da média dos domicílios.

O presente Texto para Discussão teve como objetivo situar a discussão teórica, mostrar a evolução dos arranjos familiares entre 1996 e 2006 e apresentar as principais características do casal DINC em 2006, com dados da PNAD do IBGE. Como desdobramento para outros artigos pretendemos mostrar as diferenças existentes entre o casal DINC, comparando o nível de educação, renda e inserção no mercado de trabalho (e previdenciário) entre os homens e as mulheres que constituem a família DINC.

11. Referências Bibliográficas

ABOUT. DINC Family, Chinese Culture, 2007. Disponível em: <http://chineseculture.about.com/library/weekly/aa022300a.htm>, acessado em: 10 set. 2008.

ALVES, J.E.D., BARROS, Luiz Felipe W. A família DINC no topo da pirâmide de renda, APARTE - Inclusão Social em Debate, IE-UFRJ, Rio de Janeiro, 25/02/2008 http://www.ie.ufrj.br/aparte/opinioes/opiniao.php?codigo=APARTE_0597, acessado em: 10 set. 2008.

ALVES, J.E.D. CAVENAGHI, S, População e Desenvolvimento: a Terceira Transição Demográfica, APARTE - Inclusão Social em Debate, IE-UFRJ, Rio de Janeiro, 16/02/2008 http://www.ie.ufrj.br/aparte/opinioes/opiniao.php?codigo=APARTE_0589, acessado em: 10 set. 2008.

ALVES, J.E.D. CAVENAGHI, S, Novos arranjos familiares: o casal DINC no Brasil, APARTE - Inclusão Social em Debate, IE-UFRJ, Rio de Janeiro, 04/09/2007. Disponível: http://www.ie.ufrj.br/aparte/opinioes/opiniao.php?codigo=APARTE_0522, acessado em: 10 set. 2008.

ARÁN, Márcia. Sexualidade e política na cultura contemporânea: as uniões homossexuais. In: LOYOLA, M. A. Bioética reprodução e gênero na sociedade contemporânea. ABEP & Letras Livres, Rio de Janeiro e Brasília, 2005.

ARRIAGADA, Irma. Transformaciones familiares y políticas de bienestar en América Latina. In: ARRIAGADA, Irma (org). Familias y políticas públicas en América Latina: Una historia de desencuentros, CEPAL, Santiago de Chile, 2007

BERQUÓ, E. e CAVENAGHI, S. Mapeamento sócio-econômico e demográfico dos regimes de fecundidade no Brasil e sua variação entre 1991 e 2000. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu-MG, 2004. Disponível em: http://www.abep.org.br/usuario/GerenciaNavegacao.php?texto_id=2511&palavraChave=berquo%20e%20cavenaghi, acessado em: 10 set. 2008.

BIRDSALL, N., KELLEY, A. e SINDING, S. Population matters: demographic change, economic growth, and poverty in the developing world. New York/Oxford, 2001.

BIXBY, L. R., CASTRO, T., MARTIN, T. ¿Se ha iniciado la retirada de la procreación en América Latina?, Cinquentenario do CELADE, Santiago do Chile, 2007

CAIN, Madelyn. Childless Revolution: More and more women are finding life without kids fulfilling, Utne Reader, August 2002. Disponível em: <http://www.utne.com/2002-07-01/the-childless-revolution.aspx>, acessado em: 10 set. 2008.

CALDWELL, John. On net intergenerational wealth flows: an update. Population and Development Review 31 (4): 721-740, Washington, (December) 2005.

CALLIGARIS, Contardo. Afeto e família, Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, 30 de dezembro de 2004.

CASEY, Terri Pride and Joy: The Lives and Passions of Women Without Children, Beyond Words Publishing, 1998.

COLEMAN, David. Immigration and Ethnic change in Low-fertility Countries: A Third Demographic Transition. PDR: 32 (3), Washington, 2006.

DEFAGO, Nicki. Childfree and Loving It, Vision, 2005

DELL, Diana L., EREM, Suzan. Do I Want to Be a Mom?: A Woman's Guide to the Decision of a Lifetime, McGraw-Hill, 2003.

FARIA, V.E. Políticas de governo e regulação da fecundidade: conseqüências não antecipadas e efeitos perversos. In: CIÊNCIAS sociais hoje. São Paulo, ANPOCS, 1989.

GILLESPIE, Rosemary. Voluntary Childlessness in the United Kingdom. Reproductive Health Matters, vol. 7, n. 13, may 1999.

GOLDANI, A. M. La familia brasilena en transición. In: Cambios en el perfil de las familias: la experiencia regional. Libros de la CEPAL, Santiago do Chile, n. 36, Naciones Unidas, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), cap. YI, p. 155-183, 1993.

JELIN, Elizabeth. Las familias latinoamericanas en el marco de las transformaciones globales, Capítulo IV, In: ARRIAGADA, Irma (org). Familias y políticas públicas en América Latina: Una historia de desencuentros, CEPAL, Santiago de Chile, 2007

LENOIR, Remi. Reprodução social e moral familiar. In: LOYOLA, M. A. Bioética reprodução e gênero na sociedade contemporânea. ABEP & Letras Livres, Rio de Janeiro e Brasília, 2005.

LESTHAEGHE, Ron, NEIDERT, Lisa The Second Demographic Transition in the United States: exception or textbook example? Population and Development Review: 32 (4), Washington, 2006.

- MAIER, Corinne. No Kid : Quarante raisons de ne pas avoir d'enfant, Editions Michalon, Paris, 2007
- MELLO, Luiz. Familismo (anti)homossexual e regulação da cidadania no brasil, Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 14(2): 497-508, maio-agosto/2006
- NOTESTEIN, Frank. Population: the long view. In: SCHULTZ, T. W. (ed.), Food for the World. Chicago, University of Chicago Press, 1945.
- ONU, Principles and Recommendations for Population and Housing Censuses, Revision 1, (1998),
- REVISTA VEJA. Família mosaico: o padrasto dos meus filhos e os filhos da minha mulher, Edição especial, Editora Abril, São Paulo, Agosto de 2004, disponível em: http://veja.abril.com.br/especiais/homem_2004/p_028.html, acessado em: 10 set. 2008.
- RIOS-NETO, E. L.G. Questões emergentes na demografia brasileira. Belo Horizonte, Texto para Discussão n. 276, CEDEPLAR-UFMG, dezembro de 2005.
- SAFER, Jeanne. Beyond Motherhood: Choosing a Life Without Children, Pocket, 1996
- SHAWNE, Jennifer L. Baby Not on Board: A Celebration of Life without Kids, Chronicle Books, 2005
- VAN DE KAA, D. J. Europe's Second Demographic Transition, Population Bulletin 42(1), Washington, PRB, 1987.
- WEO - World Economic Outlook, Fundo Monetário Internacional, setembro de 2003. Disponível em: <http://www.imf.org/>, acessado em: 10 abr. 2008.
- WONG, L., CARVALHO, J. A. M. Demographic bonuses and challenges of the age structural transition in Brazil. Paper presented at the XXV IUSSP General Population Conference. Tours, France, 18-23 de julho de 2005.